



**COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA NA AMAZÔNIA: GANHOS E  
DESAFIOS DA RELAÇÃO SINO-PARAENSE**

***DECENTRALIZED COOPERATION IN THE AMAZON: GAINS AND  
CHALLENGES OF THE SINO-PARAENSE RELATIONSHIP***

***COOPERACIÓN DESCENTRALIZADA EN LA AMAZONIA: LOGROS Y  
DESAFÍOS DE LA RELACIÓN SINO-PARÁENSE***

**MAYANE BENTO SILVA**

Doutora em Relações Internacionais (UFPa/UNB) e professora no Bacharelado de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Pará (UEPA).  
bento.mayane@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-1800-7548>

**PEDRO WILLIAM FRÓES LIMA**

Bacharel em Relações Internacionais (UEPA). [pedrowflima@gmail.com](mailto:pedrowflima@gmail.com).

<http://orcid.org/0000-0003-3627-2828>

**HÉVILA MARIA SILVA CARDOSO**

Mestranda pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e Bacharel em Relações Internacionais (UEPA). [mariahevila08@gmail.com](mailto:mariahevila08@gmail.com).

<http://orcid.org/0000-0002-6075-1928>

**RESUMO:**

O presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução histórica da cooperação sino-paraense levando em conta variáveis como as mudanças recentes das diretrizes da Política Externa Brasileira e da economia internacional, para então, identificar os aspectos estratégicos dessa relação. Concluímos que a cooperação descentralizada sino-paraense está centralizada nas dimensões econômica e comercial, com possíveis avanços na dimensão sociocultural, o que demanda esforços, por parte da diplomacia federativa e da paradiplomacia executada pelo estado do Pará, para avançar em dimensões estratégicas como a tecnológica, informacional e ambiental, como meios de dirimir a dependência econômica do estado e melhor gerir os custos da interdependências, tais como a sensibilidade e a vulnerabilidade locais.

**Palavras-chave:** Interdependência; Cooperação Descentralizada sino-paraense; Diplomacia Federativa; Paradiplomacia.

**ABSTRACT:**

The present work aims to analyze the historical evolution of sino-paraense cooperation, considering variables such as recent changes in Brazilian Foreign Policy guidelines and the international economy, and then identify the strategic aspects of this relationship. We conclude that Sino-Pará's decentralized cooperation is centered on the economic and





commercial dimensions, with possible advances in the sociocultural dimension. This demands efforts, on the part of the federative diplomacy and paradiplomacy carried out by the state of Pará, to advance in strategic dimensions such as technological, informational, and environmental, as a means of resolving the state's economic dependence and better managing the costs of interdependence, such as local sensitivity and vulnerability.

**Keywords:** Interdependence; Sino-paraense Decentralized Cooperation; Federative Diplomacy; paradiplomacy.

## RESUMEN:

el presente trabajo tiene como objetivo analizar la evolución histórica de la cooperación sino-paraense, teniendo en cuenta variables como los cambios recientes en las directrices de la política exterior brasileña y la economía internacional, para luego identificar los aspectos estratégicos de esta relación. Concluimos que la cooperación descentralizada sino-paraense se centra en las dimensiones económica y comercial, con posibles avances en la dimensión sociocultural, lo que exige esfuerzos, por parte de la diplomacia federativa y de la paradiplomacia ejecutada por el estado de Pará, para avanzar en dimensiones estratégicas como la tecnológica, la informativa y la medioambiental, como medio de resolver la dependencia económica del estado y gestionar mejor los costes de la interdependencia, como la sensibilidad y la vulnerabilidad locales.

**Palabras clave:** Interdependencia; Cooperación Descentralizada sino-paraense; Diplomacia Federativa; Paradiplomacia.

## 1 INTRODUÇÃO

No atual contexto de interdependência das Relações Internacionais a cooperação representa uma importante ferramenta para o alcance de metas de desenvolvimento social e econômico. Em meio às diferentes formas de exercer essa atividade a cooperação descentralizada apresenta-se como um mecanismo de conexões internacionais entre comunidades locais, somando-se ao diálogo diplomático com governos e organizações internacionais e resultando em ações mais flexíveis e próximas da realidade dos envolvidos. A cooperação entre o estado do Pará e a China apresenta-se neste contexto.

Neste trabalho adotamos como objetivos geral, de caráter exploratório, analisar a evolução da cooperação descentralizada sino-paraense, com ênfase nos ganhos e





desafios da diplomacia federativa executada pelo estado do Pará nas últimas duas décadas. Para tanto, esta pesquisa de natureza qualitativa, fez uso de dados secundários, levantados e analisados descritivamente, obedecendo ao critério dos grandes marcos históricos que correlacionam a cooperação sino-paraense ao contexto das mudanças recentes da política externa brasileira (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Concluimos que, em face da intensificação das relações de interdependência complexa e assimétrica dos atores globais, a relação de cooperação existente entre a China e o estado do Pará ocorre em função de interesses comuns nas esferas econômica e sociocultural, dada a crescente presença da China na economia global e da importância estratégica da pauta exportadora paraense para o desenvolvimento industrial da China, com ênfase nos produtos minerais. Neste contexto os ganhos da relação concentram-se nas áreas comercial, nos investimentos em projetos de infraestrutura logística e na aproximação sociocultural.

Os desafios que a diplomacia federativa e a paradiplomacia paraense apresentam podem ser sumarizados pela busca de relações estratégicas de longo prazo, pela necessidade de formalização institucional e profissional da diplomacia e pela necessidade de ampliação das dimensões da cooperação nos âmbitos tecnológicos, informacionais e ambientais.

A fim de esclarecermos esse diagnóstico, na próxima seção faremos uma breve contextualização conceitual da cooperação descentralizada e dos termos diplomacia federativa e paradiplomacia na conjuntura da interdependência complexa e assimétrica. Em seguida, apresentamos as principais características recentes da relação diplomática Brasil-China, sucedida pela descrição dos principais marcos históricos da cooperação sino-paraense. Por fim, apresentamos a análise dos principais ganhos e desafios da cooperação descentralizada sino-paraense e as considerações finais.

## 2 COOPERAÇÃO, DIPLOMACIA FEDERATIVA E PARADIPLOMACIA NO CONTEXTO DA INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA





A revolução técnico-científica das últimas décadas do século XX gerou um novo impulso às dinâmicas da globalização, caracterizando-a pela interação da tecnologia informacional, desregulamentação financeira e integração das cadeias globais de valor. Neste contexto, a interdependência surge como um conceito fundamental para compreensão dos efeitos dessa globalização sobre os atores internacionais e suas interações em múltiplas dimensões. Logo, globalização a interdependência são conceitos distintos, ainda que intrinsecamente relacionados.

Conforme o liberalismo institucional, a interdependência é uma condição, um estado de coisas, caracterizada por efeitos recíprocos entre países ou entre atores de diferentes países. Na esteira da globalização, a interdependência é o termo usado para explicar um mundo no qual o uso da força e os temas de segurança importam menos, - ou seja, possuem utilidade decrescente - a medida em que países são conectados por múltiplas relações econômicas, sociais e políticas. A interdependência entre os atores é, portanto, complexa (KEOHANE; NYE JR, 2011). É causa e efeito da globalização e intensifica-se na proporção em que os atores se tonam mais dependentes uns dos outros.

No entanto, o aumento das interconexões globais, via interdependência complexa, não implica necessariamente um mundo mais cooperativo, dado que a consequência imediata dessa interconexão é a diminuição da autonomia dos Estados, o que em muitos casos pode se tornar fonte de conflitos. Entendendo a cooperação como o agir conjunto em prol de objetivos comuns, ela será tão mais possível de ser construída e mantida, quanto maiores forem os canais de comunicação e informação entre os Estados, capazes de dirimir as desconfianças e traçar objetivos comuns (SOUSA, 2005).

Ocorre que, mesmo neste contexto, a interdependência entre os atores, além de complexa em suas dimensões, é assimétrica, o que significa dizer que a capacidade de poder dos atores importa. A criação de um elo de mútua dependência não é necessariamente equitativa em seus impactos, pois alguns atores são mais dependentes que outros quando levado em consideração suas capacidades de poder. A título de exemplo, podemos rememorar a crise financeira de 2008, que teve amplo alcance em função da interdependência econômica dos atores internacionais, principalmente, Estados, bancos e empresas. Contudo, algumas economias, como as da América Latina, sofreram os efeitos por mais tempo e maior profundidade, dado o quadro de maior





dependência econômica se comparadas com a capacidade de poder econômico da China e Estados Unidos. Assim, em face das assimetrias na interdependência, ainda que o uso da força fique em segundo plano, a maximização das capacidades de poder permanece como um requisito relevante para os atores internacionais.

Poder, em termos comportamentais, é a capacidade que um ator dispõe para obter os resultados que deseja. Keohane e Nye Jr (2011) qualificam duas formas de proceder para o alcance dos resultados esperados: utilizando-se do *hard power* e/ou do *soft power*. No primeiro caso, prevalece a habilidade de levar os outros a fazer o que não fariam ou não gostariam de fazer, a partir de ameaças e recompensas. No segundo caso, prevalece a habilidade de alcançar os objetivos desejados fazendo com que os outros queiram o que você quer. Trata-se da estratégia de convencimento e não da coerção, desenvolvida através do diálogo e das estratégias de barganha na cooperação. Assim, quando pensamos em cooperação no contexto da interdependência e notamos o uso decrescente do *hard power*, não estamos tratando de um mundo com atores mais altruísta, e sim de atores que visam maximizar suas capacidades de poder, e dirimir os custos da interdependência, através do *soft power*.

Para além da perda crescente de autonomia outros custos da interdependência complexa e assimétrica incluem a sensibilidade e a vulnerabilidade dos atores diante dos fenômenos internacionais. A velocidade das transformações em um mundo interconectado eleva o nível de sensibilidade dos atores, na medida em que os impacta antes que políticas preventivas possam ser postas em prática. Outro efeito colateral da interdependência é a vulnerabilidade, entendida como a tendência de um ator sofrer os custos impostos por um evento externo mesmo após a adoção de políticas para lidar com o problema. A forma de medir a vulnerabilidade de um ator é avaliar os custos e o tempo necessário de se fazer ajustes efetivos para lidar com uma mudança (KEOHANE; NYE JR, 2011).

Para exemplificar, nos termos dos autores, tomemos o caso das crises do petróleo na década de 1970, e seus efeitos sobre os países A e B. Ambos os países foram afetados pelo evento externo, antes que qualquer medida preventiva pudesse ser adotada, no entanto, como o país A importava aproximadamente 85% do petróleo usado em sua economia e o país B, importava 60%, podemos afirmar que a sensibilidade de A







ao evento externo foi mais alta que B. Imaginemos agora, que ao logo do período de crise, o país A conseguiu diversificar suas fontes energéticas e encontrar novos fornecedores com custos razoáveis, enquanto o país B entrou em um quadro de recessão econômica e endividamento externo por anos. Assim sendo, a vulnerabilidade de A foi menor que a do país B. A vulnerabilidade é, portanto, mais relevante que a sensibilidade enquanto um indicador das estruturas políticas da interdependência. E a chave para compreendê-la é avaliar com que eficácia uma política consegue garantir a reposição de recursos substitutos com base no tempo e nos custos (KEOHANE; NYE JR, 2011).

Para resumir esse quadro conceitual, podemos concluir que a interdependência complexa e assimétrica é também um fator de sensibilidade e vulnerabilidade dos atores, que, mediados por informações e instituições internacionais, podem ser guiados a cooperar, não como forma de aplacar as dinâmicas de poder na política internacionais, mas como forma de reduzir os custos da mútua dependência através do uso do *soft power*. Estas instituições formais e informais de cooperação podem permitir, mesmo em contexto de anarquia, que atores mais vulneráveis possuam maior poder de barganha e maior capacidade de atuação em fórum de decisão, ao menos, mais do que teriam em caso de conflitos bélico.

Transcorrida a questão dos custos, nos cabe agora refletir sobre a questão dos ganhos da cooperação. A noção de ganho de um ator está diretamente associada aos seus interesses, e quanto mais compreende-se que os interesses são diversos e difusos, maiores são a probabilidade de pensar a cooperação em termos de ganhos mútuos em vez do jogo de soma zero, situação em que um único ator leva tudo (SARFATI, 2005).

Ainda assim, no bojo do processo de cooperação é possível dizer que a depender da região e dos atores envolvidos, estes podem estar mais interessados em seus ganhos relativos, entendidos como a expectativa de ganhar mais que os demais atores envolvidos na cooperação. Por sua vez, a expectativa de ganhos absolutos, a depender dos mesmos fatores, se apresenta quando a negociação não é vista como uma competição. Neste caso os atores a buscarem a maximização dos seu poder, sem levar em demasiada consideração quais entre os demais atores estão ganhando mais ou menos na cooperação (SARFATI, 2005).





Ainda que, segundo os críticos do liberalismo institucional, a segunda posição seja pouco provável, a arena internacional está repleta de acordos e negociações em que os ganhos entre os atores são díspares, sem que isso inviabilize a perenidade da cooperação. No entanto, compartilhamos a noção de que uma inserção internacional estratégica não deve furtar-se de levar em consideração os ganhos relativos de uma cooperação, dados os custos de oportunidade e os próprios desafios em mitigar a sensibilidade a vulnerabilidade dos atores. Isso não significa adotar como meta restringir os ganhos dos parceiros, mas tomar ciência das estratégias e interesses envolvidos no processo, de forma comparada, evitando que a cooperação se converta e prática desvantajosa (SARFATI, 2005).

Outro elemento relevante da análise liberal institucionalista de Keohane e Nye Jr (2011) é a consideração do Estado-nação como principal ator da política internacional, mas não um ator unitário. Ao contrário, a arena internacional, no contexto da interdependência, caracteriza-se pela intensificação de relações multilaterais de diversos atores em múltiplos níveis, que envolvem desde a sociedade civil organizada às entidades subnacionais vinculadas ao Estado.

As unidades subnacionais são definidas como partes constituintes do Estado-nação, como regiões, estados, províncias, departamentos, municípios e prefeituras que interagem com temas de dimensão internacional. Diversos registros históricos sustentam a tese de que a atuação internacional de atores subnacionais remonta a antiga Grécia. No entanto, no sistema interestatal westfaliano, a inserção internacional de atores subnacionais, e a emergência de novas agendas, são marcos da segunda metade do século XX, da ruptura do paradigma bipolar vigente na guerra fria e do contexto de adensamento da interdependência complexa.

Em função disso, uma das vertentes da *Cooperação Internacional* em franca ampliação é a *cooperação descentralizada*, conceito usado originalmente em 1989 pela Comissão Europeia para designar uma troca de recursos econômicos, humanos ou de conhecimentos, em que uma das partes atuantes é uma entidade subnacional e, a outra, uma entidade internacional, como uma cidade estrangeira, uma multinacional, ou um país (SALOMÓN, 2012).





Uma das formas de executar a cooperação descentralizada é através da *paradiplomacia*, aqui compreendida como espécie desse novo gênero da cooperação. Enquanto a diplomacia convencional representa a execução pacífica e oficial das diretrizes traçadas na política externa de um país, a paradiplomacia foi o termo criado pelos professores Ivo Duchacek e Panayotis Soldatos, no final dos anos 1980, para designar a inserção internacional, ou cooperação descentralizada, de atores subnacionais que complementam e/ou desafiam as políticas centrais dos Estados. Para alguns críticos do conceito, o neologismo, com seu prefixo “*para*” traz consigo a ideia de paralelo, lateral e até mesmo ilegal, passando a falsa impressão de que a ação dos entes subnacionais está em desacordo com a diretrizes traçadas pelos governos centrais. Para lidar com isso, uma gama de outros termos foram elaborados, como diplomacia da cidade, cooperação transfronteiriça, diplomacia federativa etc. Soldatos, no entanto, em resposta às críticas, passou a defender que a *paradiplomacia* possui a especificidade de designar à atividade de cooperação internacional elaborada de forma complementar nos níveis subnacionais e nacional. Por outro lado, em processos de desarmonia e fragmentação, quando a inserção internacional da subunidade está em confronto com as diretrizes do governo nacional, dá-se o nome de *protodiplomacia* (JUNQUEIRA, 2017).

Em face destes desafios terminológicos, adotaremos na análise da cooperação descentralizada sino-paraense o termo *diplomacia federativa*, que desde 1995 é usado oficialmente nos discursos governamentais no Brasil, e *paradiplomacia*, conforme o significado mais recente apresentado por Junqueira (2017). Para os defensores desses termos, a *diplomacia federativa* colocada em prática por atores subnacionais reflete a perspectiva do Governo Federal, enquanto a inserção internacional autônoma, mas não necessariamente confrontativa, destas subunidades, recebe o termo mais genérico de *paradiplomacia* (JUNQUEIRA, 2017).

Vale destacar que foram em países federais como Estados Unidos, Canadá, Brasil e México que as primeiras atividades paradiplomáticas - nos termos de Duchacek e Soldatos - tomaram forma. No entanto, “não é condição *sine qua non* à paradiplomacia o fato de o país hospedeiro dos atores subnacionais ter como configuração política o federalismo” (JUNQUEIRA, 2017, p. 46). Existem casos de Estados centralizados com







significativa atuação subnacional internacional, como exemplificam a França, Espanha e China.

No Brasil, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) reitera que a cooperação internacional descentralizada é potencialmente capaz de fomentar as relações comerciais, atrair investimentos, fomentar o turismo, angariar recursos financeiros, projetar externamente a cidade, possibilitando visibilidade às autoridades locais, contribuir para o marketing e a política internacional, além de aproximar os grupos locais com outras comunidades estrangeiras e diferentes formas de vida e pensamento, promovendo a tolerância e o combate a problemas que estão enraizados na sociedade, como o racismo e a xenofobia (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2009).

No mais, mesmo em face da ausência de consenso conceitual, a crescente atuação de unidades subnacionais vem logrando significativo estágio de adaptação na arena internacional, o que se justifica pela capacidade de descentralizar e flexibilizar o contato com outros governos e organizações através de pautas mais próximas às realidades locais dos atores envolvidos (OLIVEIRA; LUVIZOTTO, 2011). Compreendemos, por fim, que a cooperação descentralizada, executada nos termos da *diplomacia federativa* e da *paradiplomacia*, é um tema de crescente relevância e expressão da interdependência complexa no atual contexto da globalização. E como parte do engajamento internacional de políticas públicas locais, essa modalidade de cooperação precisa ser avaliada em seus ganhos e custos, sendo estes os fatores aos quais nos dispomos nas próximas seções.

### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA RELAÇÃO SINO-BRASILEIRA

Com a morte de Mao Zedong, principal líder da revolução chinesa, a República Popular da China iniciou, ao final dos anos 1970, um processo de abertura econômica e de reformas modernizantes no campo da agricultura, indústria, tecnologia e defesa lideradas por Deng Xiaoping. O fenômeno do crescimento chinês despertou a atenção mundial e constitui um dos acontecimentos mais relevantes da História Contemporânea (ARRIGHI, 2008).





A série de políticas de abertura de mercado da China continental resultou em aliança com os chineses de ultramar (pessoas de etnia chinesa ou ascendência que vivem fora da República Popular da China ou Taiwan) através de políticas de aproximação balizadas pelo lema “*uma Nação, dois sistemas*”, desencadeando enorme vitalidade na economia Asiática e em particular na China (HARO SLY, 2014). Desde a reforma constitucional de 1982 introduziu-se a referência da China como um Estado Unitário Multinacional, dividido administrativamente em províncias e algumas regiões administrativas especiais (RAE) como é o caso de Hong Kong e Macau (YU, 2012).

Arrighi (2008) ressalta a importância da abertura chinesa ao investimento estrangeiro direto, permitindo ao governo reincorporar Hong Kong, Macau e Taiwan e aprofundar o processo de geração de valor a partir do ingresso de novas tecnologias. As reformas econômicas introduzidas pela China criaram Zonas de Processamento para Exportações (ZPEs) na costa sul-asiática, no Delta de Guangdong e no Delta do Yangtzé, estimulando o surgimento de conglomerados industriais com altíssimos graus de especialização. Quase 70% do investimento externo dos chineses tinha origem ultramar, especialmente de Hong Kong, Taiwan e Ásia do Sul (ARRIGHI, 2008).

Integrada às cadeias globais de valor, a produção e demanda chinesas foram importante motor da economia global na primeira década do século XXI. A revolução posta a cabo, denominada revolução industrial, logrou incorporar a ampla mão-de-obra chinesa aos avanços tecnológicos (ARRIGHI, 2008). Nessa esteira, a China também logrou se tornar o principal parceiro comercial de regiões como América Latina e África, principalmente pela gama de recursos estratégicos que tais regiões poderiam garantir ao mercado chinês. Mesmo com a crise financeira de 2008 e a contração tanto do crescimento chinês quanto da economia global, a relação estratégica entre a China e esses mercados emergentes permaneceu altamente relevante para ambos os mercados.

A China também tem buscado desenvolver seu *soft power*. Com o início do mandato de Xi Jinping, em 2013, o país adotou uma postura de assertividade baseada na busca por resultados difusos, e não apenas lucro. Pequim passou a direcionar esforços para identificar e perseguir interesses comuns em relação aos ganhos econômicos, com base na valorização das relações bilaterais com parceiros novos e preexistentes, valorizando a criação de laços de amizade. No âmbito doméstico, o





processo decisório chinês ainda segue relativamente centrado em um pequeno grupo de líderes da alta cúpula política, apesar do surgimento de novas agências e atores capazes de interferir na política externa, como é o caso do Instituto Confúcio e dos maciços investimentos na indústria cultural, que representam apenas algumas das pegadas do poder brando deixadas por Pequim ao redor do globo (MONTENEGRO, 2019).

A República Popular da China continua a manter relações diplomáticas e comerciais até com aqueles mais excluídos do sistema internacional, como a Coreia do Norte. A China já aprovou ou reconheceu mais de 140 acordos ou convênios internacionais e tem participado de mais de 380 organizações ou instituições internacionais, ampliando assim os seus contatos com o mundo exterior (DUQING, 1990).

Na América do Sul, o Brasil não passou ao largo da globalização chinesa. O crescente descontentamento com o projeto neoliberal e a ascensão de movimentos de esquerda não só no Brasil, mas na América do Sul em geral, contribuiu para que a política externa brasileira (PEB) dos anos 2000 passasse por um reajuste de rumos, migrando do paradigma neoliberal dos anos 1990 em direção a uma política externa mais independente, que conciliava aspectos do Estado desenvolvimentista – planejamento e investimentos – como aspectos do Estado normal ou neoliberal – manutenção do tripé macroeconômico e liberdade à iniciativa privada. Esse movimento de conciliação do Estado Brasileiro ficou conhecido como Paradigma do Estado Logístico (CERVO, 2014).

A partir do Estado Logístico, o modelo de política externa foi marcado pela *inserção internacional de eixos combinados*, pois expandia a parceria do Brasil com países do Sul global, nos moldes da cooperação Sul-Sul, enquanto aprofundava a capacidade de barganha com os países no Norte global. A estratégia foi pautada na parceria público-privada, na multilateralização e diversificação dos parceiros internacionais e pela busca de ganhos econômicos na arena internacional.

Desta forma, o Brasil buscou adequar-se a competitividade internacional, mitigando sua vulnerabilidade por meio da parceria com países emergentes como a China e com países do eixo Sul-Sul, como seus vizinhos sul-americanos, passíveis de absorver a produção exportada brasileira. Em contrapartida o Brasil maximizou seu processo produtivo por meio da integração à infraestrutura regional e da exploração de





seus recursos, abastecendo também os grandes centros mundiais com minério, soja, carne e diversas outras commodities que fazem parte da vantagem comparativa do país.

O fórum de cooperação Brics é um exemplo da diversificação da parceria Brasileira no início do século. Ainda em 2001 o termo Bric foi cunhado por Jim O'Neil chefe de pesquisa econômica global do Goldman Sachs, a parti do acrônimo de Brasil, Rússia, Índia e China (ALMEIDA, 2008). Estudos da Goldman Sachs mostravam que esses países juntos poderiam, durante os 50 anos seguintes, superar as economias do G6 em dólares e em 2025 representariam mais da metade do poder econômico dos países desenvolvidos (WILSON; PURUSHOTHAMAN, 2003). Mais tarde, com a inclusão da África do Sul, o bloco tem se destacado pela cooperação econômica, a mencionar a iniciativa de criação do Novo Banco de Desenvolvimento do Brics (NDB) para investimentos em infraestrutura e desenvolvimento.

Contudo, a partir de 2018 as relações estratégicas multilaterais e, mais especificamente a relação bilateral Brasil-China, foram significativamente ameaçadas. Ainda que o segundo mandato do governo de Dilma Rousseff, em um contexto de queda dos preços internacionais das commodities, tenha apresentado uma redução da intensidade da política externa de eixos combinados, e a PEB de Michel Temer tenha aprofundado o distanciamento com eixo Sul, a partir de 2019 a PEB foi completamente revertida na presidência de Jair Bolsonaro, que além de abandonar as parcerias regionais, retomou o alinhamento automático com os Estados Unidos e reverteu as diretrizes econômicas brasileiras, retomando o paradigma neoliberal. Bolsonaro também iniciou uma verdadeira campanha de difamação e acusações à China. Assim, a política externa passou a pautar-se menos pela diplomacia e o pragmatismo e mais por motivações ideológicas (MOREIRA, 2020).

O contexto de eclosão e crise da pandemia de Covid-19, em 2020, foi significativamente emblemático do acirramento das questões diplomáticas entre os dois países. A China passou a ser tratada pelos comunicados oficiais e redes sociais da presidência da república brasileira como um potencial inimigo, sem que qualquer relevância fosse dada ao fato de que o país é nosso principal parceiro comercial e se consolidava como um produtor de recursos estratégicos para lidar com a pandemia, como respiradores, kits básicos e vacinas. O embaixador da China no Brasil Yang Wanming,





precisou reagir publicamente a uma série de *fake news* disseminadas pelo Governo Federal, de tal sorte que, ainda enquanto escrevemos esse documento, as relações Brasil-China mantêm-se fragilizadas.

#### 4 DIPLOMACIA E COOPERAÇÃO SINO-PARAENSE.

O estado do Pará é a segunda maior unidade federativa do Brasil em termos territoriais. O estado é um potencial exportador localizado na Amazônia-Legal, diferentemente dos demais estados da região, que atuam como zona preferencial de importação. O Pará é também o principal polo de exploração mineral na Amazônia, região que no presente século alçou a posição de maior exportadora de minério do Brasil.

A atuação internacional das unidades subnacionais da região amazônica brasileira ainda é um fenômeno recente e por isso os dados são escassos, se comparados aos demais estados do país. Contudo, mesmo em face de reduzidos registros, é possível afirmar que os estados amazônicos têm buscado cooperar cada vez mais com entes internacionais, a ponto de representarem um papel de relevância na política externa do Brasil (MOREIRA, 2013).

A cooperação descentralizada, tem sido disseminada no estado através da Federação das Associações dos Municípios – FAMEP, do Consórcio Integrado dos Municípios Paraenses - COIMP e do Consórcio de Desenvolvimento Socioeconômico Intermunicipal – CODESEI, que atuam, por exemplo, na promoção do Congressos das Cidades Amazônicas, iniciado em 2009, e os Congressos Paraenses de Municípios realizados nos anos de 2010 e 2011 (ROCHA, 2011).

Com a alteração no estatuto da FAMEP, em 2006, “os entes federativos municipais paraenses passaram a se engajar nas lutas municipalistas em conjunto com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e a Associação Brasileira de Municípios (ABM)” (ROCHA, 2011, p. 12), dando a oportunidade para que os municípios pudessem atuar diretamente no desenvolvimento local através da cooperação internacional.





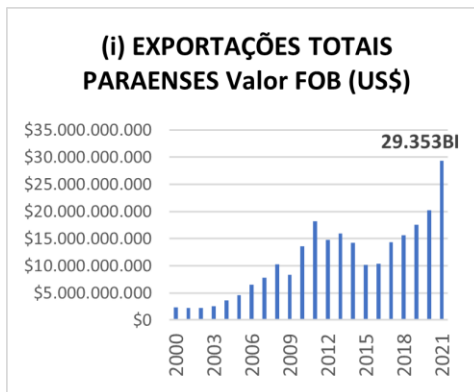


Nesse contexto, a intensificação das relações diplomáticas sino-paraense teve como eixo central o interesse pelos produtos minerais. Ele existe em abundância na região paraense e é uma necessidade para manutenção do desenvolvimento urbano e industrial chinês. Apesar da China possuir uma das maiores indústrias siderúrgicas do planeta, o consumo anual do minério de ferro é superior à produção interna, que também possui baixa qualidade quanto ao teor de ferro, quando comparado com o minério de regiões como a serra dos Carajás, no Pará (BATISTA, 2021 Assim, o fato do estado ser o maior produtor de minérios do país soma-se a condição da China de principal importadora do produto, tornando a parceria entre ambos promissora economicamente.

Com base no gráfico (1) podemos observar que as exportações paraenses seguem em franco crescimento desde 2003. Foi nesse período que a política externa de eixos combinados, com foco na cooperação Sul-Sul, foi aprofundada pelo governo Luís Inácio Lula da Silva, visando reduzir a dependência econômica em relação aos países do Norte global. Nesse mesmo período, a China procurava ampliar seu mercado buscando por parceiros que garantissem o fornecimento de energia e matérias-primas, justificando assim, sua aproximação com a América Latina e o Pará, principalmente a partir de 2004.

**Gráfico I: Os produtos minerais nas relações comerciais Sino-Paraense (2000-2001)**





Fonte: COMEXSTAT, 2022.

Contudo, mesmo com uma linha de tendência crescente, dois momentos de contração da economia internacional foram significativamente impactantes para as exportações do estado: em 2008-2009, em função da crise financeira nos Estados Unidos e em 2012-2015 com a queda abrupta no preço das commodities, refletindo a sensibilidade do estado, proveniente da integração ao comércio internacional.

A pauta de exportação paraense é, em sua grande maioria, de produtos básicos, que incluem produtos minerais, vegetais como a soja, carne bovina e madeira. Especificamente entre 2012 e 2015, o Pará manteve uma boa colocação entre os estados exportadores do Brasil, aumentando o volume de exportações mesmo com a queda nas receitas decorrente da queda no preço internacional das commodities. O saldo positivo da balança comercial no período revela que o estado não apresentou alta vulnerabilidade, possivelmente em função do caráter estratégico dos produtos exportados. O que não significa dizer que não exista um risco crescente de vulnerabilidade, dada a forte dependência do estado do Pará em relação a demanda chinesa. E essa dependência é permanece significativa, com 57,6% do valor das exportações paraenses em 2021 endereçadas a China.





O governo chinês acumulou experiência com a questão de choques provenientes de crises, principalmente com a crise financeira asiática. Durante a propagação e o aprofundamento da crise de 2008, o Banco Popular da China (BPC) aliviou a política monetária, propondo algo moderadamente flexível, ajustando a orientação, a prioridade e a intensidade da política monetária em tempo oportuno e de acordo com o objetivo macroeconômico de conter a inflação, mantendo crescimento econômico estável e relativamente rápido, por meio de diferentes instrumentos, incluindo injeções de recursos, empréstimos e baixas taxas de juros (FANG; YANG; MEIYANG, 2009).

Para compreensão dos dados de exportação entre 2019 e 2021, que se destacam no gráfico (1) em relação a série histórica, é necessário destacar que a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) iniciada ainda em 2019 na China, mas estendida ao mundo a partir de 2020, gerou significativos impactos, com dados sociais e econômicos que se assemelham a um contexto de Guerra. Os dados recentes apontam para mais de 500 milhões de contaminados e mais 6 milhões de mortes no mundo. Para efeito de comparação, estima-se que a primeira guerra mundial matou aproximadamente 8 milhões de pessoas. O volume do comércio mundial de mercadorias diminuiu em 5,3% em 2020 devido à pandemia de COVID-19 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, 2021). O PIB mundial contraiu – 3,1%. As economias avançadas tiveram uma retração de - 4,5%, a América do Sul de - 6,5% e o Brasil de - 3,9% (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2022).

A retomada das trocas comerciais em 2021 levou o mundo a um crescimento do PIB de 6,1% e no Brasil de 5,2, mas a tendência é de retração desse crescimento com uma expectativa média de 3,3% até 2025 para o mundo e uma média 2% para o Brasil. O impacto nas cadeias globais de valor, no contexto da pandemia, também ajuda a explicar o aumento no preço dos combustíveis, agricultura e alimentos a partir de 2021. Em maio de 2021, os preços dos combustíveis aumentaram 194% em relação ao ano anterior. Os preços também subiram em 54% para metais, 45% para alimentos e 26 % para matérias-primas agrícolas, o que beneficiou diretamente a pauta de exportação paraense, explicando o significativo aumento das receitas de exportação em 2021 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, 2021).





Apesar da queda de 7,96% nas exportações em 2020 (comparado com 2019), o saldo paraense superou todos os demais estados brasileiros fechando em 15 bilhões de dólares, seguido por Minas Gerais e Mato Grosso (SEDEME, 2022). Dos 16 bilhões de dólares exportados em 2020, 56,5% destas exportações tiveram como destino a China. Em 2021 o valor exportado atingiu o recorde de US\$ 29 bilhões, mantendo a Pará em primeiro lugar no Ranking de saldo da balança comercial entre os estados brasileiros. Neste mesmo ano, dos US\$ 16.9 bilhões exportados para China, US\$ 16.2 bilhões foram somente de produtos minerais, correspondendo a 95.8% da pauta (PARÁ..., 2022).

Ao longo da trajetória da exportação também é importante destacar que os produtos minerais representam, em média, mais de 90% das exportações do estado do Pará, por isso a linha de tendência das exportações gerais é praticamente idêntica à de exportação de minérios. A proeminência do minério é ainda mais evidente quando comparamos o valor total das exportações com o valor das exportações de produtos minerais para a China, no gráfico (1).

A despeito de, atualmente, a China ser o maior parceiro econômico do Pará em exportação, a recíproca não acontece. A China nunca esteve no topo da origem das importações paraense, historicamente ocupado pelos Estados Unidos cuja pauta é caracterizada em 87% por produtos manufaturados, 4% de semimanufaturados e 9% de produtos básicos (SEDEME, 2022). Inclusive, entre 2019 e 2021, vem ocorrendo uma queda nas importações chinesas para o estado, o que demonstra um espaço potencial a ser desenvolvido na relação entre os atores (SEDEME, 2022).

Cientes dos desafios e custos logísticos do estado, a parceria sino-paraense tem avançado no investimento direto chinês em logística e infraestrutura. Iniciado em 2014, nos moldes da diplomacia convencional, o encontro entre a Presidente Dilma Rousseff e Xi Jinping resultou na assinatura de protocolo que previa a construção de uma ferrovia ligando o Estado do Mato Grosso ao Pará, com saída pelo porto de Barcarena, facilitando o escoamento de minérios e grãos de soja. Nesta época, o Presidente chinês reiterou que daria todo o apoio para a construção do projeto (VILARINS, 2014).

O tema voltou a ter destaque, principalmente através da diplomacia federativa, quando em 2017 o então governador do estado do Pará, Simão Jatene, firmou um acordo com representantes da embaixada chinesa para aprofundar estudos sobre a ferrovia.





Foram encaminhados às empresas chinesas a documentação de estudos do projeto em prol da participação na licitação que iria construir o empreendimento (PARÁ..., 2017).

Em 2019, o governador do Pará, Helder Barbalho, recebeu em Belém o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, Charles Tang. O encontro serviu para dar seguimento às tratativas com o governo do estado com a finalidade de levar uma missão local à China e aprofundar as oportunidades de negócios do Pará. Também foi assinado o protocolo de intenções, entre Helder Barbalho e a empresa China *Communication Construction Company* (CCCCSA), controladora da brasileira Concremat, para estudos de viabilidade econômica de implantação e exploração do projeto da, então nomeada, Ferrovia Pará (GOVERNO..., 2019).

Com valor estimado em R\$ 7 Bilhões, o empreendimento representa o maior investimento em infraestrutura privada a realizar-se no Brasil. O cronograma previa que entre 2020 e 2021, seria organizada a parte executiva do projeto, o licenciamento ambiental e as desapropriações necessárias, com início das obras previsto para dezembro de 2021 e encerramento em cinco anos (VILARINS, 2019).

Nesse projeto, o papel do Estado do Pará seria o de articular a garantia da carga, para que haja o equilíbrio econômico da operação, além de atuar no processo de regularização fundiária, para o trajeto da obra, e ainda o licenciamento ambiental para garantir os parâmetros de sustentabilidade. O minério de ferro seria a principal carga movimentada na ferrovia, e a China, o principal destino da commodity.

Para o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme), Iran Lima, a ferrovia paraense seria a concretização de uma aspiração por um novo modal de transporte capaz de tornar os produtos do estado mais competitivos no mercado nacional e internacional. O minério a preço mais baixo poderia significar a possibilidade de verticalização, porque o escoamento é garantido, explicou o secretário, além de citar a intenção, de junto com a CCCCSA, reativar o polo metalmeccânico de Marabá, com instalação de diversas siderúrgicas de ferro-gusa e uma laminadora na cidade (VILARINS, 2019).

Outro projeto pensado para o estado envolve a cooperação sino-paraense na criação de uma plataforma logística. Em 2020, uma comitiva da companhia estatal chinesa Sino-LAC, liderada pelo executivo Zhu Chuanin, reuniu-se com o presidente da







Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (Codec), Lutfala Bitar, para discutir a criação de uma Plataforma de Logística Integrada na área portuária e industrial de Barcarena, a primeira neste modelo na América Latina. O objetivo seria a criação de uma estrutura de logística (armazenamento, desembarço aduaneiro, atestação fitossanitária, embalagem e transporte), gerenciada pela companhia chinesa, destinada a promover a exportação de produtos brasileiros do ramo de alimentos, para o mercado interno chinês, com desembarque na plataforma de logística do Porto de Zhuhai, na China (NASCIMENTO, 2020).

A escolha da região portuária de Barcarena decorreu de estudos realizados pela Sino-LAC, desde 2017, onde a forte cadeia produtiva de proteínas do estado teve grande peso, especialmente a animal (carne), que possui 4 plantas habilitadas para a exportação.

Na oportunidade, foram tratadas alternativas para a implantação de plantas de beneficiamento de produtos dentro da futura Zona de Processamento de Exportações de Barcarena (ZPE), por conta das expressivas vantagens tributárias e aduaneiras ofertadas pelo estado.

Cerca de seis meses depois, a Codec celebrou uma Carta de Intenção com a empresa Sino-Lac. No documento celebrado, ficou estabelecido o apoio da Codec à promoção local da plataforma, de modo a recomendar às empresas paraenses a integração à iniciativa. Além disso, o acordo também define que a Sino-Lac aproveitará sua estrutura local, em Zhuhai, para colaborar com a Codec na busca por investidores chineses para a ZPE de Barcarena (NASCIMENTO, 2020).

Para o representante da Sino-Lac no Pará, Marcius Santos, a assinatura representa um importante avanço nas relações comerciais entre a China e o Pará. Segundo Marcius, a assinatura da carta permite ao Pará ser o parceiro preferencial da província de Guangdong, no Sul da China, possibilitando que indústrias e produtores paraenses tenham acesso ao mercado chinês de uma maneira mais simplificada (NASCIMENTO, 2020).

Para além dos projetos de infraestrutura e logística que visam baratear e intensificar as trocas comerciais sino-paraenses a diplomacia federativa também avançou





na pauta cultural e educacional. A capital do estado do Pará, Belém, possui desde 2006 o vínculo de cidade-irmã com Shaoxing, cidade situada na província de Zhejiang na China. Termo cidade-irmã, também conhecido como gemação de cidades, tem como seu ponto principal a criação de mecanismos de cooperação internacional entre cidades, visando expandir a nível de apoio econômico, cultural e político entre ambas, a fim de estabelecerem um laço duradouro (SISTER..., 2020).

Outro exemplo de cooperação na dimensão cultural e educacional foi o estabelecimento da sede do Instituto Confúcio (IC), no ano de 2016, em Belém, com a finalidade de promover o ensino de mandarim e da cultura chinesa de forma gratuita, financiada pelo governo chinês. O projeto resultou da parceria entre a Universidade do Estado do Pará (UEPA), a Universidade de Shandong (UNS) e o IC, após quatro anos de aproximação comercial e cultural entre o governo chinês e o Pará, com a missão de fortalecer o intercâmbio cultural, acadêmico e profissional sino-brasileiro (UEPA... 2016).

O IC do Pará foi o décimo a ser instalado no Brasil e o primeiro a funcionar na Amazônia. A parceria foi um dos resultados diretos da visita feita pelo governador Simão Jatene à China, em 2012, para fortalecer relações comerciais entre o Pará e o país asiático. Ainda em 2013 a UEPA assinou acordo de cooperação com a Universidade de Shandong, no que foi considerado o primeiro passo para a instalação de um instituto no estado. O espaço onde funciona o instituto foi construído pela UEPA (UEPA..., 2016).

Dentre as metas, além da disseminação da cultura e história chinesa, constam: oferecer cursos de línguas ministrados por professores chineses, ligados à Universidade de Shandong; conceder bolsas de estudos e intercâmbio cultural, inclusive com viagens à China; formar professores brasileiros do idioma no Brasil; gerar oportunidades de trabalho e negócios para brasileiros na China e; auxiliar nas áreas de pesquisa, intercâmbio de docentes e discentes, intercâmbio cultural e treinamento de pessoal técnico, de acordo com critérios que beneficiem ambas as partes.

Em 2017, Pang Hui, diretor do núcleo do IC que fica em Belém, recebeu o prêmio de excelência entre os melhores diretores do Instituto Confúcio. Já em 2019, o Instituto recebeu o prêmio de excelência entre os Institutos Confúcio mundiais, durante a Conferência Internacional de Educação de Língua Chinesa, realizada em Changsha,





capital da província de Hunan, pelo trabalho desenvolvido no estado (INSTITUTO... 2019).

Assim, a parceira comercial, os projetos de infraestrutura logística e a aproximação sociocultural representam as principais dimensões em desenvolvimento na cooperação descentralizada sino-paraense. Tais avanços também demonstram a crescente relevância da diplomacia federativa executada no estado, cujos ganhos e desafios serão melhor analisados na próxima seção.

## 5. DIPLOMACIA ESTRATÉGICA NA COOPERAÇÃO SINO-PARAENSE

A globalização, aqui apresentada como um fenômeno de redução das distâncias em múltiplas dimensões, sofreu grandes impactos no século XXI, mesmo que estes impactos não tenham alterado sua tendência de aprofundamento enquanto processo. Neste contexto de crises, financeira e sanitária, a interdependência complexa entre países e demais atores emergentes na arena internacional serviu para descortinar a crescente necessidade da cooperação, como caminho para mitigar a sensibilidade e vulnerabilidade dos atores diante das mudanças internacionais.

Neste íterim, a inserção internacional de unidades subnacionais em busca de parcerias que atendam mais diretamente suas demandas locais têm se consolidado como prática que caracteriza o atual desenho da sociedade internacional, possibilitando múltiplos formatos de cooperação descentralizada, como a desenvolvida por meio da diplomacia federativa e a paradiplomacia.

Neste contexto, o estado do Pará, no Brasil, possui tanto localização quanto recursos estratégicos que lhe garantem uma inserção internacional relevante, ainda que incipiente, com destaque, neste trabalho, para a relação sino-paraense. É importante destacar que a aproximação comercial sino-paraense se iniciou no contexto de reformulação estratégica da PEB de eixos combinados, no início do século XXI, o que significa dizer que a diplomacia federativa do estado do Pará estava afinada com diretrizes do Governo Federal, qual seja, no intuito de expansão dos parceiros comerciais. A partir de 2019, com a PEB de Jair Bolsonaro e o crescente contencioso Brasil - China, é possível argumentar que o governo do Pará seguiu exercendo mais que uma diplomacia federativa, atuou nos termos da paradiplomacia, ou seja, visou aprofundar a relação sino-paraense a despeito dos esforços contrários do Governo





Federal. De tal forma, que os exemplos elencados na seção anterior nos permitem vislumbrar uma promissora relação em desenvolvimento entre o estado do Pará e a China, uma tendencia contrária se comparada à atual crise na relação sino-brasileira.

Os exemplos abordados, incluíram: (1) a crescente parceria comercial – através da qual a demanda chinesa atingiu o patamar de 57,6% do valor exportado pelo estado do Pará em 2021; (2) a cooperação infra estrutural e logística - que por meio dos projetos Ferrovia Pará e da Plataforma Logística Barcarena-Zhuhai elevaram o patamar da cooperação para o nível de investimento estrangeiro direto (IED); e (3) a cooperação sociocultural e educacional no âmbito das cidades-irmãs Belém-Shaoxing e do Instituto Confúcio . Estes casos permitem argumentar que a cooperação sino-paraense possui como característica central a dimensão econômica-comercial com potencial de aprofundamento na dimensão sociocultural. Entretanto, inexistem canais de cooperação em áreas também estratégicas para o estado Pará, como as dimensões tecnológicas, informacional e ambiental.

É preciso considerar que, justamente por ser um estado exportador, cujas receitas derivam sumariamente do mercado internacional, a diplomacia federativa e mesmo a paradiplomacia paraense, devem, além de atrair potenciais mercados, exercer sua capacidade de barganha afim de mitigar a sensibilidade e vulnerabilidades que a dependência em relação à demanda chinesa e a condição primário-exportadora implicam. Ou seja, cabe ter como foco nessa cooperação uma relação perene, de longo prazo, que contribua para redução da dependência econômica paraense dos preços no mercado internacional, como ficou claro com a queda na receita das exportações entre 2012 e 2015 em função da queda no preço das commodities. E nesse quesito há muito que aprender com a parceria chinesa e o histórico do crescimento econômico desse país logrado através da industrialização planejada e da exigência por compartilhamento de tecnologia às suas contrapartes investidoras.

Assim, por barganha, podemos entender a capacidade da diplomacia federativa paraense atuar com vistas aos ganhos relativos, não como forma de reduzir os ganhos chineses, mas de maximizar tanto quanto possível os ganhos paraenses, ao tomar ciência do potencial estratégico dos recursos que exporta, como forma de atrair acordos de cooperação que avancem para além da estreita esfera comercial e primem pelo





acesso e desenvolvimento de tecnologias de informação, bem como o compartilhamento de *know-how*.

Para tanto, faz-se necessária a compreensão da diplomacia federativa como uma política pública a ser desenvolvida por um capital social especializado na cooperação internacional, através de instancias locais e estaduais formalmente institucionalizadas para este fim e que não permaneçam confinadas exclusivamente na figura do chefe do poder executivo, nos moldes da diplomacia-presidencial convencional. No mais, as universidades públicas estaduais e federais, bem como a escola de gestão pública do estado precisam estar integralizadas ao processo através da capacitação social para o desenvolvimento das atividades de cooperação. Este é o caso da Universidade do Estado do Pará, que desde 2017 segue avançando na formação de internacionalistas e analistas de comércio exterior, mas que ainda carece de um canal aberto com o governo do estado para a plena utilização do capital social formado para fins de cooperação internacional.

No mais, não podemos desconsiderar que a atividade mineral, em particular, é uma patente vantagem comparativa do estado, que, por um lado, motiva grande parte do relacionamento pois garante à China acesso a recursos estratégicos como o minério de ferro, e por outro, incentiva, devido as receitas de exportação, o aprofundamento da exploração neoextrativista no Pará. Ocorre que, mesmo em face das riquezas de suas jazidas, este é um recurso finito, com significativas externalidades, tornando indispensável que os lucros provenientes da atividade exportadora possam ser geridos a fim de garantir a verticalização da produção e a agregação de valor futuro à pauta de exportação do Pará.

Por isso a cooperação infra estrutural e logística iniciada em 2014 e 2017 assume especial relevância como expressão do avanço da cooperação para outro patamar através do investimento direto proveniente da China. Contudo, essa modalidade de investimento precisa ser diversificada e aprofundada, pois em termos relativos, a China também será significativamente beneficiada com o avanço do projeto, na medida em que ele representa potencial redução dos custos logísticos e no preço final dos produtos vendidos para o país.

A aproximação sociocultural e educacional também sinaliza que outras oportunidades podem ser geradas via cooperação, cabendo aos gestores locais







aprofundarem as interconexões que a germinação de cidades possibilita bem como incentivar a participação local nos intercâmbios e no processo de aprendizagem oferecidos pelo IC. Compete destacar, em termos relativos, que a esfera sociocultural e educacional, também representam uma ampliação do *soft power* chinês, na medida em que contribui para reduzir o distanciamento cultural, garantir o reconhecimento e maior penetração da cultura chinesa no mundo. Este *soft power*, também pode se converter em elevação futura da importação paraense de produtos chineses, ainda que essa relação não se estabeleça diretamente. Mais uma vez, torna-se importante apresentar uma contraproposta de disseminação da cultura local paraense na China afim de benefícios no campo cultural, educacional e do turismo.

. Outrossim, enquanto um estado amazônico, de importância geoestratégica para mitigação das mudanças climáticas, o Pará não pode furtar-se de incluir em sua agenda de cooperação, atual e futura, a pauta ambiental e os mecanismos de sustentabilidade, de modo transversal. Pois, como sugere o Índice de progresso Social (IPES) os fundamentos para o bem-estar da população amazônica segue em queda, desde 2018 (Santos et al, 2021). É contraproducente a naturalização da condição em que o Pará bate recordes no saldo da balança comercial, mas a população paraense não tenha acesso a água, saneamento básico e oportunidades de acesso a um ambiente de qualidade. Enquanto política pública, a cooperação descentralizada via diplomacia federativa precisa também ter como finalidade o desenvolvimento social, inclusivo e sustentável.

Por fim, em face dos desafios estruturais que permeiam a economia paraense, podemos inferir que a cooperação sino-paraense representa uma fonte de ganhos absolutos ao estado do Pará, com elevado potencial de aprofundamento. E mesmo incipiente, a diplomacia federativa e a paradiplomacia, tem se convertido em tema relevante e estratégico para a dinamização da economia local, como mostram as dimensões econômicas, comerciais e socioculturais, já contempladas pelos esforços de cooperação inicialmente desenvolvidos nas últimas duas décadas, mesmo que ainda demandem aprofundamento.

No que diz respeito aos desafios, para que a cooperação descentralizada sino-paraense alcance um patamar estratégico ainda serão necessários novos passos e metas para a diplomacia federativa e/ou paradiplomacia local, que resumidamente





sugerimos como: a elaboração de estudos e estratégias que garantam um relacionamento de longo prazo; a formação e integralização do capital social especializado em cooperação internacional; a formalização das instâncias locais governamentais de cooperação, nos moldes de uma secretaria de governo; o aprofundamento de parcerias com compartilhamento de *know-how* entre empresas locais e chinesas; acordos que primem pelo acesso e desenvolvimento de tecnologias de informação e; a inclusão da pauta ambiental e mecanismos de sustentabilidade de modo transversal nos acordos firmados.

Consideradas estas demandas iniciais poderíamos possivelmente vislumbrar a conversão da cooperação descentralizada sino-paraense, que superaria o atual estágio promissor e ingressaria em um nível estratégico também para o estado do Pará. Para tanto, é preciso ter em mente o exercício de uma paradiplomacia ou diplomacia federativa estruturada com base em ganhos relativos cuja finalidade seja maximizar os ganhos da relação e reduzir os custos da interdependência complexa, que também é assimétrica.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa identificamos as motivações que levaram a China e o estado do Pará a ingressarem em uma relação de cooperação descentralizada nos moldes da diplomacia federativa e paradiplomática. O Pará possui um vasto território, rico em recursos estratégicos de grande importância na produção industrial chinesa, que, por sua vez, é uma potência econômica global encaminhando-se para o posto de maior economia do mundo.

Evidenciou-se neste contexto, a importância que a China representa para a economia paraense. O minério de ferro é o principal produto exportado pelo Pará e grande parte desse produto tem como destino o território chinês, atrelando o crescimento da exportação estadual ao crescimento da demanda chinesa. Por conta disso, a China passou a investir no estado como forma de aprimorar os entraves logísticos para o escoamento de matéria prima destinada ao país, iniciando um novo patamar na relação sino-paraense, paralelo aos avanços na dimensão sociocultural.

No entanto, mesmo que a cooperação sociocultural tenha sido iniciada, ainda existem importantes esforços a serem feitos para que os projetos que balizam a cooperação sino-paraense não se convertam em parques benefícios ao Pará, ou mesmo





que apenas aprofundem o quadro de dependência econômica do estado. Para tanto, logramos elaborar uma série de sugestões, para que a cooperação sino-paraense se torne estratégica em termos relativos, através da busca por relações de longo prazo, da formalização institucional e profissional da diplomacia e da ampliação das dimensões da cooperação nos âmbitos tecnológicos, informacionais e ambientais.

Em síntese, defendemos a que construção de um arcabouço robustos de estratégias de inserção internacional sejam implementados via diplomacia federativa e caso necessário, via paradiplomacia, de tal sorte, que possa garantir a redução da sensibilidade e vulnerabilidade da economia paraense em sua inserção nas cadeias globais de valor.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. O Brasil e o BRIC: o questionamento de um conceito. **Revista Nueva Sociedad**, 2008. Disponível em: <<http://www.nuso.org/upload/portugues/2008/DeAlmeida.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

ARRIGHI, G. T. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

BATISTA, Fernanda de Oliveira. *As exportações de minério de ferro brasileiro para a China: Atração de investimentos externos e impactos para o território e sociedade paraense*. In: **Semana Acadêmica de Relações Internacionais "A valorização do Sul Global"**, XI., 2020. Dourados, 2021. p. 1-15. Disponível em: <https://ocs.ufgd.edu.br/index.php?conference=sari&schedConf=sarixi&page=paper&op=viewFile&path%5B%5D=1268&path%5B%5D=1162>. Acesso em: 14 jul. 2021.

CERVO, Amado L.; LESSA, A. Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v 57, nº 2, p. 133-15, 2014.

COMEX STAT, **Sistema de Estatísticas do Comércio exterior**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio/43004>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Observatório da Cooperação Descentralizada no Brasil**. Brasília: CNM, 2009.

DUQING, Chen. **Política exterior da China**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1990. Disponível em:





<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/duqingpoliticaexteriorchina.pdf> Acesso em: 20 jul. 2021.

FANG, Cai; YANG, Du; MEIYANG, Wang. *Crise ou Oportunidade: Resposta Da China à Crise Financeira Global*. **Revista tempo do mundo**, Pequim. v, 1. n, 1. dez, 2009. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6235/1/RTM\\_v1\\_n1\\_Crise.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6235/1/RTM_v1_n1_Crise.pdf) Acesso em: 25. set. 2021.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Real GDP growth**: Annual percent change. Disponível em: [https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP\\_RPCH@WEO/BRA?year=2022](https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/BRA?year=2022). Acesso em: 12 fev. 2022.

GOVERNO do Pará vai a China atrair investimentos para o Estado. **Agência Pará**, Belém 23 mai. 2019. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/12910/>. Acesso em: 3 set. 2021.

HARO SLY, Maria José. **A China na Economia Mundo Contemporânea**. 2014. 74 p. Trabalho de Conclusão de Curso - Bacharelado em Ciência Política e Sociologia: Estado, Sociedade y Política na América Latina. Foz do Iguaçu, 2014.

INSTITUTO Confúcio da UEPA recebe Prêmio de Excelência na China. **Agência Pará**, Belém, 13 dez. 2019. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/16927/> Acesso em: 5 ago. 2021.

JUNQUEIRA, Cairo G. B. Paradiplomacia: a transformação do conceito nas Relações Internacionais e no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, v. 1, p. 43-68, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas. 2003

MONTENEGRO, Renan Holanda. *Uma visão geral da política externa chinesa contemporânea: estratégias, atores e instrumentos*. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 8, 2. ed, p. 297-329, mai/ago. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/SAMSUNG/Downloads/5869.pdf> Acesso em: 20. Jul. 2021.

MOREIRA, Danilo Sorato. Continuidades e descontinuidades nos Governos Temer e Bolsonaro na política externa brasileira (2016-2020). **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, Vol.11, 2020.

NASCIMENTO, Igor. *Pará e China estudam implantação da 1ª Plataforma de Logística Integrada da América Latina: O objetivo do projeto é a criação de uma estrutura de logística gerenciada pela companhia chinesa*. **Agência Pará**, Belém, p. 1- 1, 24 jan. 2020. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/17561/>. Acesso em: 4 set. 2021.





OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; LUVIZOTTO, Caroline Klaus. *Cooperação técnica internacional: aportes teóricos*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 54, n. 2, p. 05-21, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **World Trade Statistical Review 2021**. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res e/statis e/wts2021 e/wts21 toc e.htm>. Acesso em: 12 fev. 2022.

PARÁ exportou US\$ 29.177 bilhões em 2021. **Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA)**. Notícias, 12/01/2022. Disponível em: <https://www.fiepa.org.br/noticia/para-exportou-usdollar-29-177-bilhoes-em-2021>. Acesso em: 12 fev. 2022.

PARÁ firma acordo com a China para construção da ferrovia paraense: Pelo projeto, a ferrovia paraense cortará o estado de sul a norte em 1.312 km. **G1 PA**, Belém, p. 1-1, 29 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/parafirma-acordo-com-a-china-para-construcao-da-ferrovia-paraense.ghtml>. Acesso em: 3 set. 2021.

ROCHA, W. M. *Paradiplomacia, desenvolvimento e integração regional de cidades amazônicas: desafios e especificidades do estado do Pará*. In: **Anais do 3º Encontro Nacional ABRI 2011**, São Paulo, v. 3, 2011.

SALOMÓN, Mónica. Em que medida é possível integrar a Cooperação Descentralizada na dimensão Sul-Sul da política externa brasileira? **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, ano III, ed. 2, dezembro 2012. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/6378/4541>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. 4 ed. [S.l]: Longman, 2011, 330 p.

SANTOS, Daniel; VERÍSSIMO Adalberto; SEIFER, Paulo; MOSANER Marcelo. **Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira**. Resumo Executivo. Belém: Imazon, IPS Amazônia, 2021. Disponível em: <https://oeco.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Resumo-executivo-IPS-Amazonia-2021-Numerado-site-AMZ2030-1.pdf>. Acesso em 10 jan. 2022.

SEDEME - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia. Comércio Exterior do Pará. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDY4NzRmMTgtYTl0ZC00YzRkLWE2ZmEtMzcwMzlhYWRhM2NiliwidCI6IjhhkMmQwZGJhLWJiMjMtNDI0YS05NzM1LTliZjc4M2QyZDZkMiJ9>. Acesso em: 12 fev. 2022.







**Sister cities of Shaoxing. ZHEZHANG China; Shaoshing China**, 13 mar. 2020. Disponível em: [http://zhejiang.chinadaily.com.cn/shaoxing/2020-03/13/c\\_462246\\_3.htm](http://zhejiang.chinadaily.com.cn/shaoxing/2020-03/13/c_462246_3.htm). Acesso em: 6 ago. 2021

SOUSA, Fernando de. **Dicionário de Relações Internacionais**. CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2005.

UEPA começa aulas do curso de mandarim: Turmas do primeiro ciclo têm 60 alunos matriculados. Programa oferece contato com o idioma e com a cultura oriental chinesa. **Agência Pará**, Belém, 20 jun. 2016. Educação, p. 1-1. Disponível em: <https://m.leiaja.com/carreiras/2016/06/20/uepa-comeca-aulas-do-curso-de-mandarim/>. Acesso em: 5 ago. 2021.

VILARINS, Thiago. *China vai construir ferrovia no Estado: País se compromete para abrir via para ligar Barcarena ao Mato Grosso*. **O Liberal**, Belém, 17 jul. 2014. Poder, p. 1-1. Disponível em: [https://www2.mppa.mp.br/sistemas/intranet/framework/view/upload/juntos\(4\).pdf](https://www2.mppa.mp.br/sistemas/intranet/framework/view/upload/juntos(4).pdf). Acesso em: 15. SET. 2021

VILARINS, Thiago. *Chineses vão investir R\$ 7 bilhões no Pará: Governo garante início de Ferrovia que interligará Barcarena, Marabá e Parauapebas em 2021*. **O Liberal**, Pará, p. 1-1, 12 set. 2019. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/governo-garante-inicio-de-ferrovia-que-interligarabarcarena-maraba-e-parauapebas-em-2021-1.212000>. Acesso em: 4 set. 2021

WILSON, Dominic; PURUSHOTHAMAN, Roopa. **Dreaming With BRICs: The Path to 2050**. Goldman Sachs, Global Economics Paper No: 99, 2003. Disponível em: <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/book/99-dreaming.pdf>. Acesso em: 15 out. 2009.

YU, Wang. A Estrutura Estatal Chinesa Refletida nas Leis Básicas de Hong Kong e Macau. **Revista de Estudos de “Um País, Dois Sistemas”** Vol. IV, 2012.

